

Dossiê permanente - Ensino de História

**A Quem Pertence o Tempo? Educação Patrimonial e Interseccionalidade no
Observatório Astronômico da UFRGS**

*Who Owns Time? Heritage Education and Intersectionality at the UFRGS Astronomical
Observatory*

Nicole Fernandes Alves,¹ UFRGS

Eduardo Silveira da Costa,² UFRGS

Resumo

Este artigo analisa a educação patrimonial como ferramenta pedagógica crítica no ensino de História, partindo da experiência de mediação pensada para o público da Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Observatório Astronômico da UFRGS. Propõe-se a desconstrução da neutralidade do Tempo, abordando-o como um patrimônio histórico e político em disputa. Sustentado no conceito de "longa duração" e na perspectiva da interseccionalidade, o texto problematiza a imposição da "Hora Certa" como um mecanismo capitalista que expropria o tempo da classe trabalhadora e inviabiliza o trabalho doméstico não remunerado. Conclui-se que interrogar o patrimônio temporal é um ato político essencial para reivindicar o direito ao tempo e promover uma educação verdadeiramente inclusiva e emancipatória.

Palavras-chave: Educação Patrimonial; Ensino de História; Tempo; Interseccionalidade; Educação de Jovens e Adultos.

Abstract

This article analyzes heritage education as a critical pedagogical tool in History teaching, based on a mediation experience designed for the Youth and Adult Education (YAE) public at the UFRGS Astronomical Observatory. It proposes deconstructing the neutrality of Time, addressing it as a disputed historical and political heritage. Supported by the concept of "longue durée" and the perspective of intersectionality, the text problematizes the imposition of the "Official Time" as a capitalist mechanism that expropriates the working class's time and invisibilizes unpaid domestic work. It concludes that questioning temporal heritage is an essential political act to claim the right to time and promote a truly inclusive and emancipatory education.

¹ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Educação na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Licenciada em História (UFRGS). E-mail: nicolefalves@gmail.com. Currículo Lattes: <https://lattes.cnpq.br/7777180309388093>. Orcid: <https://orcid.org/0009-0003-2878-7968>.

² Licenciando em História (UFRGS). Email: esdcti@gmail.com. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3751371944541538>.

Keywords: Heritage Education; History Teaching; Time; Intersectionality; Youth and Adult Education.

Introdução

*Não me iludo
Tudo permanecerá do jeito
Que tem sido
Transcorrendo
Transformando
Tempo e espaço navegando todos os sentidos
(Tempo Rei, Gilberto Gil, 1984)*

Pensar o ensino de história para além dos muros da sala de aula constitui um enorme desafio para historiadores e historiadoras. Foi exatamente a partir da vivência prática no Estágio de Docência em História – Educação Patrimonial³, cujas mediações ocorreram no Observatório Astronômico da UFRGS⁴, que as reflexões deste artigo ganharam forma. A educação patrimonial surge, nesse cenário, como um instrumento valioso, rompendo com a tradicional dicotomia entre teoria e prática ao oferecer uma experiência de aprendizagem imersiva e significativa. No entanto, para que essa prática pedagógica não se torne superficial, é imprescindível o domínio da principal ferramenta de trabalho do historiador: o conceito. A clareza conceitual fornece a base teórica necessária para orientar as abordagens metodológicas, especialmente quando o ensino ocorre em espaços não tradicionais. Nesse sentido, como observa Maia (2024), não se pode neutralizar tais conceitos e fatos históricos, mas problematizá-los, instigando assim os estudantes a questionar as narrativas acerca daquele local.

O docente de História, consciente de seu papel social, não naturaliza os conceitos e os fatos históricos, mas os problematiza, desconstrói as narrativas e as apresenta com criticidade, por meio da investigação e da análise dos dados, levando o estudante a um ciclo de reflexões sobre o impacto dos eventos históricos e a realidade de sua vivência (Maia, 2024, p.14).

³ A prática pedagógica analisada neste artigo foi desenvolvida como requisito da disciplina de Estágio de Docência em História - Educação Patrimonial, ofertada pelo Departamento de História da UFRGS no semestre letivo de 2024/1.

⁴ O Observatório Astronômico da UFRGS é um patrimônio histórico e científico de Porto Alegre, tombado pelo IPHAE e pelo IPHAN. Sendo, atualmente, o único observatório astronômico do Brasil ainda no seu prédio de origem. O prédio histórico, além de suas funções de pesquisa e ensino astronômico, abrigou os instrumentos responsáveis pela determinação e irradiação da "Hora Certa" oficial para o estado do Rio Grande do Sul, serviço inaugurado em 1912 (Araújo, 2013).

Dessa forma, para fundamentar essa análise, é imperativo questionar inicialmente: o que é patrimônio? Ao analisar, percebemos que historicamente, o discurso patrimonial foi utilizado como ferramenta de legitimação das classes dominantes, apagando diversas formas de existir no mundo (John, 2012). Dentro do contexto do Brasil, a concepção inicial de patrimônio estabelecida na década de 1930 possuía uma visão estritamente eurocêntrica, excluindo outras cosmologias. Ao analisar o período, percebe-se que o patrimônio começa ganhar maior destaque no Brasil com a criação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), por meio do Decreto 25/1937, o qual destaca que

Constituem o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico (Brasil, 1937, artº1).

Contudo, como apontam Funari e Pelegrini (2006), foi na década de 1980 que se consolidou uma nova percepção sobre patrimônio, indo além do artístico e intelectual. É dentro do período de Redemocratização, que a compreensão acerca do patrimônio toma novos rumos, a partir da Constituição de 1988, o patrimônio brasileiro passou a “abraçar” os bens de natureza material e imaterial como referência à identidade e à memória de diferentes grupos. Como é apresentado no Artº 216 da referida constituinte.

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (Brasil, 1988, destaque próprio).

Nesse sentido, a educação patrimonial vem se moldando com o passar dos anos e, enquanto ferramenta pedagógica, transcende os limites da sala de aula ao oferecer um contato direto com o patrimônio histórico. Podemos, então, notar que a prática de mediação em museus, exemplifica como a experiência sensorial e interativa com objetos e narrativas históricas pode transformar a percepção dos estudantes sobre o Tempo e a História. Este

processo possibilita que os participantes compreendam a história não como uma coleção de datas e fatos isolados, mas como um fenômeno dinâmico que influencia e é influenciado por indivíduos e comunidades.

É munida dessa visão ampliada e democrática de patrimônio que a prática de mediação transcende os limites da escola e transforma a percepção dos estudantes. Ao transpor os limites da escola para o próprio Observatório Astronômico, somos instigados a interrogar o patrimônio e a expandir a própria noção do que ele significa. É a partir dessa necessidade que este artigo se propõe a analisar um elemento que sempre esteve próximo do ofício do historiador: o Tempo. Tradicionalmente visto como uma linha contínua e abstrata, o Tempo precisou ser problematizado durante as mediações como um patrimônio histórico e político em si, que dita ritmos e organiza as diversas esferas da vida.

Para compreender o Tempo não apenas como medida cronológica, mas como um observador silencioso das estruturas sociais, recorreremos ao conceito de "Longa Duração" de Fernand Braudel (1965). Essa perspectiva teórica nos permite analisar as estruturas de longo prazo que moldam a sociedade através dos séculos. Assim como o Mediterrâneo foi o personagem central para Braudel, o Tempo assume aqui o protagonismo, revelando as camadas de desigualdade que se acumulam com o passar dos anos e evidenciando como certas práticas perpetuam a marginalização de grupos específicos.

Dessa forma, este artigo busca aliar a precisão conceitual da educação patrimonial à análise social crítica, partindo da mediação pensada aos estudantes da Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Observatório da UFRGS. O objetivo central é compreender como o Tempo, atravessado pelas múltiplas interseccionalidades de classe, raça e gênero, é vivenciado de maneiras drasticamente desiguais. Pretende-se, assim, demonstrar como a problematização desse patrimônio permite questionar a quem a "Hora Certa" é destinada e de que forma o ensino de História pode atuar como um instrumento de denúncia e libertação.

O conceito como ferramenta: os desafios entre a teoria e a prática

Para além da mediação pedagógica vista apenas como um produto final, é estritamente necessário pensar e planejar quais conceitos serão abordados e problematizados durante a ação educativa. Nesse sentido, vale a seguinte provocação: o matemático utiliza a calculadora, o cirurgião utiliza os seus instrumentos cirúrgicos. Qual a ferramenta que nós, historiadores e historiadoras, utilizamos? Podemos, de certo modo, afirmar que uma das principais

ferramentas do nosso ofício é o conceito. Sem uma compreensão clara e articulada dos conceitos fundamentais, a transmissão do conhecimento histórico torna-se fragmentada e superficial. A imprecisão conceitual pode levar a interpretações equivocadas, dificultando o desenvolvimento de uma análise crítica e coerente dos fatos históricos.

Contudo, o ato de conceituar e de refletir teoricamente não é uma tarefa pacífica e costuma enfrentar fortes resistências estruturais no cotidiano docente e institucional. Como alertam Desvallées e Mairesse (2013), o trabalho no campo museal e patrimonial opera numa constante via de mão dupla entre a prática e a teoria, sendo a reflexão teórica frequentemente sacrificada diante das demandas e solicitações inesgotáveis do trabalho diário. No entanto, fugir desse aprofundamento é um risco severo, pois o exercício reflexivo é um estímulo absolutamente fundamental para o desenvolvimento e amadurecimento das práticas ligadas ao patrimônio. Em áreas de conhecimento que operam diretamente com a sociedade, carece-se muitas vezes de uma maior precisão terminológica para que haja um diálogo e um reconhecimento efetivo nas interfaces com outras ciências humanas.

Nesse sentido, para que essa análise crítica ocorra de fato, é preciso compreender a História não como uma narrativa estática, mas como uma disciplina fundamentada em objetivos e procedimentos rigorosos. Como aponta Mattozzi (2008, p.139) sobre a estrutura desse conhecimento em que “a história é a disciplina que tem a finalidade de produzir conhecimentos sobre aspectos, fatos e processos do passado, mediante procedimentos regulados e controláveis e operações cognitivas e práticas de organização das informações e dos conhecimentos.”. É exatamente na execução dessas operações cognitivas e na organização estruturada das informações que o conceito atua como a ferramenta primária do historiador. Sem esse rigor conceitual, o professor perde o controle sobre os procedimentos metodológicos.

O domínio conceitual é, portanto, o que permite transpor esses procedimentos regulados para fora dos muros da escola. Quando a professora ou o professor entende o conceito como ferramenta indispensável, consegue transformar o patrimônio em um verdadeiro laboratório de saberes, onde o aluno é sujeito ativo na construção do conhecimento. Mattozzi (2008), ainda reforça essa conexão orgânica entre o ensino, o currículo e o território ao afirmar que

O professor pode aproveitar essa ligação entre a história e os bens culturais para incluir no currículo estratégias de pesquisa histórico-didática que façam

uso dos bens culturais (arquitetônicos, monumentais, de museus, de arquivos...), com o objetivo de orientar os alunos para a produção de conhecimentos que dizem respeito ao território e aos bens culturais. Os processos de ensino e de aprendizagem que incluem bens culturais são relativos ao território e o devem incluir na atividade formativa. Esses produzem conhecimentos históricos com escala local e dão aos alunos a possibilidade de melhor compreender o cenário da sua vida (Mattozzi, 2008, p. 137).

Porém, é justamente nesse cenário formativo que a problematização se faz urgente e indispensável. Deixar os conceitos vagos, seja pela pressão do tempo ou pelo receio de debates complexos, enfraquece a teoria e a prática pedagógica. A educação patrimonial não pode ser reduzida a um mero passeio contemplativo ou à aceitação passiva das narrativas dominantes estipuladas pelo Estado. Ela exige uma postura incômoda, investigativa e, sobretudo, crítica. Ao proporem uma docência que atua nas bordas e nas fissuras de um currículo eurocentrado, Gil, Perussatto e Silva (2024) destacam a urgência de interrogar esses espaços

Entendemos ser necessário deslocar a aula para diferentes espaços da cidade, mergulhar nos arquivos e acervos e encontrar pistas para questionar o patrimônio e desmontar sua sacralidade, evidenciando ausências, silenciamentos, intencionalidades e escolhas (Gil; Perussatto; Silva, 2024, p. 34).

Nesse sentido, o domínio conceitual atua não para monumentalizar o passado, mas para interpelar a realidade de forma rigorosa. Nas palavras das autoras, a Educação Patrimonial consolida-se como "um caminho pedagógico para problematizar a memória oficial, questionar as escolhas patrimoniais, tornar visíveis os esquecimentos e as pessoas no contexto patrimonial" (Gil; Perussatto; Silva, 2024, p.34).

Portanto, a criação, o domínio e o refinamento dos conceitos são atividades essenciais para manter a integridade da História como disciplina científica e ferramenta de emancipação. É unicamente a partir dessa clareza metodológica que podemos interrogar os elementos invisíveis e estruturantes da nossa sociedade, como o próprio Tempo, analisando como ele atua sobre as diversas interseccionalidades da vida contemporânea.

Hora certa pra que(m)? As interseccionalidades do tempo

O pensamento em torno do “Tempo” sempre foi algo próximo do ofício de historiador. Assim, desde os primórdios o tempo tem seu local de destaque entre seus pesquisadores,

principalmente se analisarmos Heródoto (485-420 a.C), este cuja importância se deu por consolidar esse ofício entre os gregos (Barros, 2014). Ou melhor, a formação de uma corrente de pensamento que fez surgir uma ideia de que história não é feita apenas de fatos. Conforme pontua Bloch (2001), “a história é a ciência dos homens no tempo”. O Tempo, portanto, atua como o instrumento central dessa disciplina, sem ele, a análise histórica perde a sua própria significância. Nessa perspectiva, o Tempo não é apenas uma métrica abstrata, mas um personagem vivo e presente ao longo de si mesmo, assumindo um protagonismo semelhante ao que o Mar Mediterrâneo representou na vasta obra de Fernand Braudel.

Para compreender a profundidade desse “personagem” que atravessa e dita as dinâmicas sociais, é indispensável mobilizar o conceito de “longa duração”. Ao refletir sobre como as permanências históricas afetam as sociedades, Braudel (1965) adverte para o peso das construções invisíveis que aprisionam a experiência humana

Certas estruturas, por viverem muito tempo, tornam-se elementos estáveis de uma infinidade de gerações: embaraçam a história, incomodam-na, e assim comandam seu fluxo. Outras estão mais prontas a serem destruídas. Mas todas são, por sua vez, sustentáculos e obstáculos. Como obstáculos, elas se marcam como limites (envoltórios, no sentido matemático), dos quais o homem e suas experiências não podem libertar-se. [...] os quadros mentais são também prisões de longa duração (Braudel, 1965, p. 268).

Nesse sentido, a contagem cronológica e “oficial” que rege a rotina moderna é, indiscutivelmente, uma dessas “prisões” conceituais e estruturais. Naturalizado e imposto de forma homogênea, o tempo oficial atua como um observador e perpetuador das disparidades sociais. A concretização dessa reflexão ocorreu de maneira ampla no dia 13 de agosto de 2024, durante uma mediação do Estágio de Docência em História realizada no Observatório Astronômico da UFRGS (Figura 1). É fundamental destacar que essa atividade pedagógica foi pensada e direcionada especificamente para estudantes da Educação de Jovens e Adultos (EJA). Embora entraves burocráticos tenham inviabilizado a presença física desse público no dia da medição, fazendo com que a prática fosse executada, de forma adaptada, para os demais colegas da disciplina de estágio, todo o eixo crítico e a problematização mantiveram-se ancorados na realidade dos trabalhadores-estudantes.

Figura 1 – Fachada do Observatório Astronômico da UFRGS⁵



Fonte: Acervo do Museu do Observatório Astronômico da UFRGS. 2026.

Audiodescrição: Composição lado a lado de duas fotografias da fachada do Observatório Astronômico da UFRGS em épocas diferentes. À esquerda, uma foto histórica em preto e branco, datada de 1914. A imagem mostra um edifício de três pavimentos com arquitetura rica em ornamentos, janelas em arco, uma estátua da musa da astronomia Urânia em um nicho na parte superior e uma cúpula no topo direito. O prédio está isolado no terreno, cercado por muretas e pedestais de pedra lavrada, sem construções altas ao redor. À direita, uma fotografia atual e colorida do mesmo edifício. O prédio histórico está preservado e pintado em um tom vibrante de amarelo-ocre, com os relevos e ornamentos destacados em branco. A porta de entrada é de madeira escura. Diferente da foto antiga, o Observatório agora está cercado por árvores altas com folhas verdes, atrás vê-se a Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre. Na calçada em frente, há postes de luz modernos e uma bicicleta encostada.

Ao adentrarmos a "Sala do Tempo" (Figura 2), o objeto escolhido como fio condutor da mediação debruçou-se sobre a própria noção do relógio de pêndulo. Esse instrumento histórico foi analisado não apenas como um objeto de horas, mas como um verdadeiro dispositivo de captura do "tempo", transformando o abstrato e intocável em algo “físico” e visível. Ao analisarmos a sua estrutura, construída em madeira nobre e repleta de detalhes entalhados à mão, emergiu uma reflexão fundamental: o próprio relógio, antes mesmo de ditar

⁵ Para uma exploração interativa e acessível do espaço físico e do acervo discutidos neste artigo, o Museu do Observatório Astronômico (MOA) da UFRGS disponibiliza um tour virtual em 360°. A visitação online pode ser acessada pelo link: https://if.ufrgs.br/tour_virtual/observatorio_astronomico/.

o ritmo da cidade, já havia consumido o tempo de vida e o trabalho de um artesão. A máquina que passaria a controlar as horas da classe trabalhadora foi, ao mesmo tempo, erguida a partir da expropriação do tempo de um trabalhador manual.

Figura 2 - Sala do tempo/Meridiana



Fonte: Acervo do Museu do Observatório da UFRGS, 2026.

Audiodescrição: Fotografia colorida de uma sala de exposição com piso de madeira envernizada em tom castanho e paredes em bege claro. Em primeiro plano, à direita, há uma luneta meridiana de metal dourado, montada sobre um suporte cinza-escuro. Ao fundo, ao centro, destaca-se um relógio de pêndulo de madeira escura. Acima dele, um afresco representa Chronos alado, o deus do tempo, de cabelos e barba brancos, segurando uma foice enquanto surge parcialmente atrás de um grande globo terrestre escuro, com o continente americano visível. A cena é envolvida por nuvens sobre um fundo azul e emoldurada por elementos arquitetônicos ornamentados em tons de bege, dourado e vermelho. Ao lado do relógio central, há outros dois relógios de pêndulo, um de madeira, à esquerda, e outro protegido de vidro, à direita. Ainda à direita, observam-se duas janelas altas de madeira. Ao fundo, à esquerda, vê-se parte de uma escada em caracol de madeira.

Compreendida essa dimensão material e humana do objeto, a mediação passou a detalhar o funcionamento técnico da "Hora Certa". Tratava-se de explicar como o tempo era medido astronomicamente e, em seguida, disponibilizado para o uso da cidade. Sobre a mecânica desse cálculo e a sua difusão à população, Araújo (2013) descreve:

O objetivo prático desse Observatório era o cálculo de hora por observação de estrelas. Ela era assinalada quando ocorria a passagem de determinadas

estrelas sobre o meridiano 51°13' W⁶, observadas através da luneta meridiana e transferida como sinal de hora para os relógios de alta precisão. Toda a cidade podia ter acesso a estas informações para uso particular, comercial ou industrial. O acesso podia ser visual, através de lâmpadas instaladas em locais altos, visíveis à distância, como também por telefone ou por sinal elétrico para órgãos de administrações públicas, estadual e municipal (Araújo, 2013, p. 28).

A prática pedagógica em torno dessa engrenagem exigiu, contudo, a desconstrução imediata da pretensa “neutralidade” científica daquele serviço. Percebeu-se que a institucionalização do tempo não foi um mero avanço da astronomia, mas uma ferramenta de controle atrelada a um projeto de poder. Para explicar a intencionalidade por trás dessa sincronização urbana, Araújo (2013) destaca:

Os governantes riograndenses das primeiras décadas do século XX, predominantemente positivistas⁷, consideravam a industrialização o passaporte para a modernidade. Para tanto julgavam essencial contar com um padrão horário. Através dele seriam regulados os horários das atividades comerciais e industriais. Regular o tempo foi fundamental para a geração de eletricidade através de usinas a carvão. [...] A eletricidade serviu para o funcionamento dos primeiros bondes elétricos viabilizando o transporte e a mobilidade urbana (Araújo, 2013, p.26).

Atuar nas fissuras desse discurso patrimonial, que exalta a modernidade industrial e o progresso positivista, exige a formulação de uma provocação pedagógica e política central: afinal, "Hora Certa Pra Que(m)?". A difusão desse tempo “oficial” nasce como um mecanismo de ordenamento que dita o ritmo da sociedade de fora para dentro, estruturando a vida com base no comércio e na indústria, resultando até mesmo na invisibilização de outras cosmologias de percepção do Tempo. Para guiar essas discussões e materializar os conceitos abordados, utilizou-se um material didático no formato de *folder* (Figura 3-4), elaborado coletivamente pelo grupo de estagiários, que funcionou como um roteiro condutor das reflexões ao longo de toda a prática⁸.

⁶ Longitude aproximada de Porto Alegre (Araújo, 2013).

⁷ Cabe ressaltar que a forte influência da filosofia positivista no Rio Grande do Sul moldou um projeto de Estado focado no "progresso" material. Como analisa Bakos (1998) em seus estudos sobre as administrações municipais em Porto Alegre, esse projeto interveio profundamente na cidade por meio de reformas urbanas e sanitárias que visavam instaurar a "ordem" burguesa, resultando no controle do espaço público e na marginalização das classes populares

⁸ O material didático impresso (*folder*) mobilizado na mediação foi concebido e desenvolvido em conjunto por todos os quatro discentes que realizaram o estágio durante a disciplina de Estágio de Docência em História.

Figura 3 – Material didático impresso (Lado-A)



Fonte: Elaboração própria. 2024.

Audiodescrição: Folder informativo em formato vertical, com fundo cinza claro e detalhes gráficos em verde-escuro. O conteúdo está organizado em três colunas, combinando textos e fotografias. Na coluna da esquerda, o título "HORA CERTA PRA QUEM?" aparece em letras verdes. Abaixo, um texto explica a importância da medição precisa do tempo para o funcionamento do Observatório Astronômico da UFRGS e, na parte inferior, há uma fotografia em tom sépia do interior do observatório, mostrando pessoas ao redor de equipamentos científicos. Na coluna central, há uma fotografia de um relógio de pêndulo de madeira escura. Abaixo, o título "RELÓGIOS DE PÊNDULO", em letras brancas sobre fundo verde, é seguido por um texto que descreve a função desses relógios na definição da hora oficial de Porto Alegre e convida o visitante a refletir sobre para quem o tempo é marcado. Na coluna da direita, há uma fotografia da Sala Meridiana, onde se observa uma luneta meridiana em primeiro plano, relógios de pêndulo e, ao fundo, um afresco de Chronos, o deus do tempo. Abaixo da imagem, o título "SALA MERIDIANA", em verde, introduz um texto que explica como o observatório utilizava a passagem das estrelas pelo meridiano para ajustar os relógios locais e propõe uma reflexão sobre o tempo como patrimônio cultural.

Figura 4 – Material didático impresso (Lado-B)



Fonte: Elaboração própria. 2024.

Audiodescrição: Folder informativo em formato vertical, com fundo em tons de verde e cinza, organizado em três colunas. Na coluna da esquerda, há uma fotografia do prédio histórico do Observatório Astronômico da UFRGS visto entre árvores. Abaixo, o título "OBSERVATÓRIO ASTRONÔMICO DA UFRGS" aparece em letras brancas, seguido de um texto que apresenta a instituição como um dos mais antigos observatórios do Brasil, destacando sua atuação em ensino, pesquisa, divulgação científica e visitas guiadas. No rodapé, há ícones de licenças Creative Commons. Na coluna central, há uma fotografia de uma luneta instalada sob um teto de madeira. Abaixo, um mapa indica a localização do observatório, seguido do endereço Av. Osvaldo Aranha, 5/N, Centro Histórico, Porto Alegre, do site do observatório e dos logotipos da UFRGS, do Observatório Astronômico e da Faculdade de Educação. Na coluna da direita, o título "SOBRE NÓS", em letras brancas, apresenta um texto informando que a equipe responsável pela exposição é formada por estudantes do curso de História da UFRGS, participantes de estágio, com supervisão de docentes da universidade e da equipe técnica do observatório. Abaixo do texto, cinco pequenos círculos brancos aparecem alinhados horizontalmente. Na parte inferior, há uma fotografia em preto e branco mostrando um homem utilizando a luneta equatorial. A legenda informa que a imagem retrata Emílio Morize observando na luneta equatorial Gautier em 1910, pertencente ao acervo do Museu do Observatório Astronômico.

Para desvelar os impactos perversos dessa imposição temporal sobre a totalidade do tecido social, a interseccionalidade surge como uma matriz analítica essencial⁹. Longe de ser

⁹ Embora mobilizamos aqui a síntese analítica por meio de Collins e Bilge (2020), é imperativo reconhecer que o conceito de "interseccionalidade" foi cunhado originalmente pela jurista e intelectual negra estadunidense Kimberlé Crenshaw (1989). A autora utilizou o termo para demonstrar, no âmbito do direito antidiscriminatório, como as opressões de raça e gênero não atuam de forma isolada, mas se cruzam, criando vulnerabilidades

compreendida como uma mera soma de preconceitos, o conceito tratado por Collins e Bilge (2021) propõe um aprofundamento investigativo sobre as matrizes de dominação

[...] a interseccionalidade é uma importante ferramenta analítica oriunda de uma práxis-crítica em que raça, gênero, sexualidade, capacidade física, status de cidadania, etnia, nacionalidade e faixa etária são construtos mútuos que moldam diversos fenômenos e problemas sociais (Collins e Bilge, 2020, s/n).

Sob essa lente analítica, nota-se que a contagem hegemônica das horas invisibiliza completa e violentamente as dinâmicas de vida que operam à margem da matriz produtiva dominante. A partir da mediação realizada, temos, por exemplo, vivência da maternidade atípica¹⁰, citada por uma das estudantes, expõe a crueldade dessa assimetria temporal contínua. Com isso, percebe-se que o tempo do cuidado não obedece à lógica pontual e disciplinar do relógio do Estado ou da fábrica.

A partir das vivências compartilhadas, constata-se que, para essas mulheres, o tempo difere drasticamente daquele vivenciado por seus pares. Pela ótica da interseccionalidade, evidencia-se que o tempo da mãe atípica lhe é expropriado por uma sobreposição de jornadas que não são contabilizadas pelo "tempo oficial": o trabalho doméstico não remunerado, a invisível e implacável logística de terapias para os filhos e as rígidas demandas de sobrevivência econômica. Essa dinâmica reflete as apontadas por Zart (2019) ao analisar a submissão e a dupla ou múltipla jornada de trabalho feminina. Fica evidente que a divisão desigual das tarefas e a naturalização do cuidado como uma obrigação exclusiva da mulher criam uma sobrecarga estrutural que invisibiliza este esforço contínuo, mantendo estas mães à margem do tempo que é valorizado e reconhecido socialmente.

Os desdobramentos dessa barreira temporal invisível atingem os espaços educacionais, revelando que a expropriação do tempo atravessa múltiplas trajetórias. Contudo, mais do que focar na exclusão imposta pelo sistema, é imperativo observar a resiliência a estes sujeitos. Durante a mediação, ficou evidente que tanto a estudante universitária (mãe atípica) quanto os alunos da EJA partilham não apenas uma vulnerabilidade estrutural, mas uma insistência na educação. Mesmo após terem as suas horas diárias consumidas e esgotadas por demandas que

específicas para as mulheres negras que o sistema jurídico hegemônico é incapaz de ler de forma fragmentada (cf. Kyrillos, 2020)

¹⁰ O termo "maternidade atípica" é utilizado para designar a realidade e os desafios enfrentados por mães de crianças, adolescentes ou adultos com deficiência, síndromes, transtornos globais do desenvolvimento (como o Transtorno do Espectro Autista - TEA) ou doenças raras, cujas demandas de cuidado e suporte exigem adaptações contínuas e intensas que fogem ao padrão do desenvolvimento neurotípico.

vão desde aos cuidados domésticos até as responsabilidades de trabalho formal/informal, estes estudantes regressam às salas de aula. Reivindicam, diariamente, o seu espaço na universidade e na escola, contrariando a lógica de uma sociedade que não lhes reservou tempo para a formação.

Para aprofundar a compreensão deste regresso no contexto da mediação, o trabalho de Arroyo (2017), torna-se indispensável. O autor destaca que, especificamente o público da EJA, não deve ser lido pela ótica da defasagem escolar, mas fundamentalmente pela sua condição de trabalhadores-estudantes. Historicamente constituída como o único espaço possível para sujeitos aos quais o direito básico à educação foi estruturalmente negado, a EJA funciona em grande maioria no período noturno. Ela recebe, portanto, os "passageiros da noite", sendo então, uma classe trabalhadora que adentra a escola, após cumprir uma intensa jornada de trabalho. Como defende Arroyo (2017), estes jovens e adultos carregam as injustiças com que a sociedade os castiga, mas levam para o espaço educativo, sobretudo, as resistências por libertação e a esperança de que a retomada dos estudos lhes garanta o direito a uma vida menos injusta e mais humana.

A volta aos estudos, para estes sujeitos, configura-se como um verdadeiro ato de coragem diante de rotinas tão precarizadas e ameaçadas. Quando a mãe atípica estudante e o trabalhador da EJA acessam os espaços educacionais, o atrito com o "tempo oficial" revela a rigidez do sistema face a essa persistência. Esbarram num modelo escolar que, de forma engessada, impõe uma pontualidade e um ritmo incompatíveis com as suas realidades materiais, falhando muitas vezes em acolher o esforço que representa o simples ato de ali estarem presentes.

A experiência no Observatório Astronômico transcendeu, assim, a mera visita a um espaço histórico. Interrogar o relógio e a sua "Hora Certa" revelou-se um ato de insubordinação contra uma estrutura que expropria sistematicamente as horas da classe trabalhadora e das mulheres sobrecarregadas pelo cuidado. A educação patrimonial, sob esse viés crítico, assume-se como uma práxis libertadora: em vez de reverenciar pacificamente o passado, fornece aos sujeitos os instrumentos para a disputa do seu presente. Reivindicar o direito legítimo ao tempo deixa de ser uma abstração para se tornar a condição essencial para que a teimosa presença desses estudantes na escola deixe de ser apenas um fardo de sobrevivência e se concretize, plenamente, como um projeto de emancipação.

Considerações finais

Ao longo deste artigo, demonstrou-se que a educação patrimonial não se pode limitar à contemplação passiva de espaços de memória. Ela exige um rigor conceitual capaz de desconstruir narrativas "oficiais" enraizadas na sociedade. Ao adotarmos o conceito como ferramenta central da prática pedagógica, tornou-se possível alargar a própria ideia de patrimônio, interrogando o Tempo não como uma linha cronológica neutra, mas como uma herança histórica em constante disputa.

A vivência no Estágio de Docência no Observatório Astronômico da UFRGS concretizou o verdadeiro potencial transformador da educação patrimonial. Dessa forma, a própria mediação em torno da função da "Hora Certa" revelou que o patrimônio institucionalizado não é um dado inquestionável, como muito se pensa. Ao analisarmos o relógio "oficial", a prática educativa serviu para evidenciar que os usos do tempo atendem à lógica de produção contínua do capitalismo industrial, em compasso com o próprio período de modernização de Porto Alegre. A educação patrimonial atuou, assim, como uma virada de chave para compreender que este "patrimônio temporal" é atravessado por múltiplos marcadores de classe, gênero e raça. Com isso, o tempo acaba sendo vivenciado de maneiras drasticamente desiguais, determinando quem tem o direito de usufruir do próprio tempo e quem é dele expropriado.

O encontro foi atravessado por inúmeras realidades, desde o público pensado para a mediação (o público da EJA), até questões de maternidade atípica, demonstrando a urgência de uma educação patrimonial interseccional. O objeto de análise na mediação, o rigor do relógio hegemônico, serviu para denunciar a própria invisibilização do trabalho não remunerado do cuidado e a exaustão da classe trabalhadora. Através da educação patrimonial, compreendeu-se que o sistema educativo, ao adotar tempos inflexíveis, falha frequentemente em acolher o imenso esforço que o regresso aos estudos representa para estas pessoas, convertendo-se num espaço de exclusão.

Por fim, compreende-se que a educação patrimonial atinge a sua plenitude quando deixa de apenas reverenciar os objetos históricos e passa a fornecer instrumentos para tensionar as opressões do presente, como vivido na experiência do estágio, reafirmando que desconstruir a sacralidade do patrimônio é um ato político necessário. Ao transformar a "Hora Certa" num objeto de investigação crítica, a educação patrimonial garante que a reivindicação

pelo direito legítimo ao tempo deixe de ser uma abstração e se consolide como o alicerce para espaços educacionais verdadeiramente inclusivos e emancipatórios.

Referências bibliográficas

ARAÚJO, Cesar Augusto Papini. **A trajetória do Observatório Astronômico do Rio Grande do Sul (1907 a 1933):** tecendo relações entre história, ciência e patrimônio. 2013. Monografia (Curso de Museologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

ARROYO, Miguel González. **Passageiros da noite:** do trabalho para a EJA: itinerários pelo direito a uma vida justa. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

AKOS, Margaret Marchiori. Marcas do positivismo no governo municipal de Porto Alegre. **Estudos Avançados.** São Paulo: v. 12, n. 33, ago., p. 213-226, 1998.

BARROS, José D'Assunção. A historiografia e os conceitos relacionados ao tempo. **Dimensões.** Vitória, v. 32, p. 240-266, 2014.

BLOCH, Marc. **Apologia da história, ou o ofício do historiador.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BRAUDEL, Fernand. História e Ciências Sociais: a longa duração. **Revista de História.** São Paulo, v. 30, n. 62, abr./jun., p. 261-294, 1965.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937.** Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Decreto no 25 de 30 de novembro de 1937.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2026.

BRASIL. **Constituição (1988).** Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 10 fev. 2026.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade.** São Paulo: Boitempo, 2020.

DESVALLÉES, André; MAIRESSE, François. **Conceitos-chave de Museologia.** São Paulo: Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus. 2013. Disponível em: https://www.icom.org.br/wp-content/uploads/2014/03/PDF_Conceitos-Chave-de-Museologia.pdf. Acesso em: 12 fev. 2026.

FUNARI, Pedro Paulo; PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo. **Patrimônio histórico e cultural.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

GIL, Gilberto. **Tempo Rei.** (Canção). Raça Humana (LP) Estúdio da Tuff Gong, Kingston, Jamaica; Estúdios Record Plant, Nova Iorque, Estados Unidos e Estúdios Nas nuvens, Rio de Janeiro, Brasil, 1984.

GIL, Carmem Zeli de Vargas; PERUSSATTO, Melina; SILVA, Sarah Calvi Amaral. Ensinar história nas fissuras do patrimônio. **História & Ensino.** Londrina: v. 30, n. 2, jul./dez., p. 031–053, 2024.

JOHN, Nara Marlei. Identificação, Valorização e Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural. In: **Encontro Estadual dfe História (Anpuhrs)**, 11., 2012, Rio Grande do Sul. Anais [...]. Disponível em: http://www.eeh2012.anpuhrs.org.br/resources/anais/18/1343687593_ARQUIVO_TextoparaincluiornosanaiseletronicosdoXIEncontroEstadualdeHistoria.pdf. Acesso em: 10 mar. 2026.

KYRILLOS, Gabriela. Uma análise crítica sobre os antecedentes da interseccionalidade. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis: v. 28, n. 1, p. 1-12, 2020.

MAIA, Mauricéia Aparecida Ferreira. **Educação Patrimonial: debate de conceitos e interpretações** - "Patrimônio cultural - Identidade e Memória" de Conselheiro Lafaiete - MG. 2024. 112 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História) - Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2024.

MATTOZZI, Ivo. Currículo de História e educação para o patrimônio. **Educação em Revista**. Belo Horizonte, n. 47, jun., p. 135–155, 2008.

ZART, Paulina. **Dupla (ou Múltipla) Jornada de Trabalho Feminina e o Princípio da Igualdade**: reflexão sobre a submissão da mulher e a divisão desigual do trabalho doméstico. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Direito) – Universidade do Vale do Taquari – Univates, 2019.

Imagens

FIGURA 1 – Fachadas do Observatório Astronômico da UFRGS. **Observatório Astronômico da UFRGS**. 2026. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/observastro/tour/>. Acesso em: 12 mar. 2026.

FIGURA 2 – Sala do tempo. **Observatório Astronômico da UFRGS**. 2026. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/observastro/tour/>. Acesso em: 12 mar. 2026.

FIGURA 3 - Material didático impresso (Lado - A). 2024. **Acervo próprio**.

FIGURA 4 - Material didático impresso (Lado - B). 2024. **Acervo próprio**.